

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo e
Programa Cidades Sustentáveis

Twitter: @nossasaopaulo @cidsustentaveis

Histórico do movimento pela implantação do Conselho de Representantes nas subprefeituras

A Lei Orgânica do Município de São Paulo prevê a participação da população nas subprefeituras por meio dos Conselhos de Representantes. Porém, em 2005, o Ministério Público Estadual ajuizou uma ação de inconstitucionalidade (ADIN) contra a criação dos Conselhos. O argumento é que só o Executivo tem a prerrogativa de criar cargos na administração. No entanto, pela lei, os conselheiros não receberiam vencimentos e, portanto, não onerariam os cofres públicos. Eles teriam função deliberativa no planejamento e fiscalizariam a atuação da Prefeitura.

O processo passou pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, que julgou improcedente o recurso, e agora segue para o Supremo Tribunal Federal (STF).

O Movimento Nossa São Paulo já mobilizou organizações para enviar um documento ao STF a fim de sensibilizar os juízes por uma decisão favorável à implantação dos conselhos. Outra estratégia defendida pelo Movimento é a mobilização para que a Prefeitura envie outro projeto à Câmara Municipal, pois assim não haveria a inconstitucionalidade alegada.

Na Câmara Municipal, o Movimento conseguiu obter o apoio dos vereadores para que fosse criada a Frente Parlamentar para a Implementação do Conselho de Representantes na Cidade de São Paulo, o que ocorreu em 28 de abril de 2009. A frente tem até o momento tem a adesão de **27 vereadores**. O objetivo da frente parlamentar é buscar um diálogo com o poder Executivo e a sociedade para que seja implantado nas 31 subprefeituras esse espaço de participação popular. Os conselhos seriam eleitos pela população local, para fiscalizar e planejar ações em cada região.

A frente parlamentar tem uma coordenação colegiada formada por quatro vereadores - Donato (PT), presidente, Floriano Pesaro (PSDB), Cláudio Fonseca (PPS) e Netinho de Paula (PCdoB), vice-presidentes – e dois integrantes da sociedade civil eleitos democraticamente no dia 12 de maio, com a participação de 41 organizações. Foram escolhidos dois representantes, um titular e um suplente: Luciano Santos, do Instituto Policidade, e Maurício Piragino, o Xixo, da Escola de Governo. O terceiro mais eleito, Geraldo Soares Ramos, representante da Federação das Associações

Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp), também poderá participar da coordenação colegiada como convidado.

Uma das ações da frente foi iniciar o diálogo com a prefeitura para que o Executivo apresente o projeto à Câmara. Em outubro, dois secretários municipais receberam da frente uma proposta de lei - o secretário municipal de Relações Governamentais, Antonio Carlos Rizeque Malufe, e o secretário de Participação e Parceria, Ricardo Montoro. A este último, o documento foi entregue pelo presidente da frente, vereador Donato, que estava acompanhado de Maurício Broinizi, coordenador da Secretaria Executiva do Movimento Nossa São Paulo, e Geraldo Soares Ramos, da Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp).

Durante audiência pública realizada no dia 23 de novembro, na Câmara Municipal, o secretário de Ricardo Montoro afirmou que conversou recentemente com o prefeito Gilberto Kassab sobre o Conselho de Representantes.

“Tive a oportunidade de explicar a ele a necessidade de implantar os conselhos nas subprefeituras”, relatou o secretário. Em seguida, Montoro explicou porque defendeu a proposta junto ao prefeito. “Acho que as subprefeituras ficam ‘mancas’ sem os conselhos, pois elas têm orçamento e é necessário que a sociedade civil possa apresentar sugestões e fiscalizar sua execução.”

O representante do Executivo avalia que “não dá mais tempo” para a Prefeitura encaminhar ainda este ano um projeto destinado a criar o Conselho de Representantes. Ele, entretanto, acha possível que a proposta seja encaminhada à Câmara Municipal no início de 2010. “Vai depender de uma decisão do prefeito”, ressaltou.

O secretário reconheceu que a proposta não é consenso dentro do Executivo, mas voltou a defendê-la: “Tenho convicção que os conselhos [de representantes] vão ajudar as subprefeituras”, concluiu.